



## INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

**Licença Prévia (LP) Nº 672/2025**

**VALIDADE: 5 anos**  
(A partir da assinatura)

**A PRESIDÊNCIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 23, parágrafo único, inciso V do Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, e entrou em vigor no dia 21 de fevereiro de 2017; **RESOLVE**:

Expedir a presente Licença à:

**EMPRESA:** PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

**CNPJ:** 33.000.167/0001-01

**CTF:** 247844

**ENDEREÇO:** Av. Henrique Valadares, 28 – Torre B - 5º andar – Rio de Janeiro - RJ, 28 Torre A, 18 andar

**BAIRRO:** Centro

**CEP:** 20031-170

**CIDADE:** Rio de Janeiro

**UF:** RJ

**TELEFONE:** (21) 32248-963

**NÚMERO DO PROCESSO:** 02001.016155/2020-35

Referente ao empreendimento **Ativ. de Prod. e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 4.**

A validade desta licença está condicionada ao fiel cumprimento das condicionantes constantes e demais documentos que, embora aqui não transcritos, são partes integrantes deste licenciamento.

### 1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1 Esta Licença deverá ser publicada em conformidade com a Resolução CONAMA nº 06/86, sendo que cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA.

1.2 O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta Licença, caso ocorra:

- a) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- b) Omissão ou falsa descrição de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da licença;
- c) Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

1.3 Qualquer alteração das especificações do projeto, da finalidade do empreendimento, do escopo dos programas ou dos prazos previstos deverá ser precedida de anuência do IBAMA.

1.4 Os acidentes ambientais deverão ser comunicados via Sistema Nacional de Emergências Ambientais - SIEMA, imediatamente após o ocorrido. Esse sistema pode ser acessado no link: [www.ibama.gov.br/emergenciasambientais](http://www.ibama.gov.br/emergenciasambientais).

1.5 No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do acidente ambiental, deverá ser protocolado o Relatório de Atendimento a Emergências Ambientais.

1.6 Esta Licença não exime o empreendedor da obtenção de outras autorizações junto a outros órgãos porventura exigíveis.

1.7 Esta Licença não autoriza supressão de vegetação nativa nem manejo de fauna silvestre.

1.8 A renovação desta Licença deverá ser requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

1.9 O empreendedor é responsável, perante o IBAMA, pelo atendimento às condicionantes postuladas nesta Licença.

1.10 Os dados primários, ou dados brutos, de biodiversidade (flora e fauna), obtidos para cumprimento das condicionantes desta (autorização/Licença), deverão ser inseridos no SISBia, a ser comprovado mediante o recibo de dados válidos expedidos pelo SISBia e juntado ao processo.

### 2. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

2.1 Esta Licença Prévia atesta a viabilidade ambiental da “Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 4”, aprovando sua localização e concepção, conforme descrito no Estudo de Impacto Ambiental e suas complementações.

2.2 A emissão das licenças subsequentes, relativas às atividades de instalação e produção, ficará condicionada ao pleno atendimento das solicitações e determinações pertinentes constantes do Parecer Técnico nº 24533132/2025 - Coprod/CGMac/Dilic, referente à análise do requerimento de Licença Prévia sem solicitação de complementações.

2.3 Apresentar, previamente ao requerimento da primeira Licença de Instalação (LI), a revisão do Programa sobre Mudanças Climáticas, atendendo às solicitações do Parecer Técnico nº 24533132/2025 - Coprod/CGMac/Dilic, e implementar o programa ao longo de toda a duração do empreendimento, conforme as orientações e exigências técnicas do Processo IBAMA nº 02001.016155/2020-35.

2.4 Implementar o Projeto de Monitoramento Ambiental (PMA), nos termos aprovados no Processo IBAMA nº 02001.016155/2020-35.

2.5 apresentar, previamente ao requerimento da primeira Licença de Operação (LO), a proposta executiva do Projeto de Aquisição e Integração de Dados Meteo-Oceanográficos para Modelagem de Derramamentos de Óleo, atendendo às solicitações do Parecer Técnico nº 24533132/2025 - Coprod/CGMac/Dilic, e implementar o projeto conforme as orientações e exigências técnicas do Processo IBAMA nº 02001.016155/2020-35.

2.6 Implementar o Projeto de Monitoramento da Paisagem Acústica Submarina na Bacia de Santos (PMPAS-BS), nos termos aprovados no Processo IBAMA nº 02001.114291/2017-94.

2.7 Implementar o Projeto de Monitoramento de Cetáceos da Bacia de Santos (PMC-BS), nos termos aprovados no Processo IBAMA nº 02001.114279/2017-80.

2.8 Implementar o Projeto de Monitoramento de Praias da Bacia de Santos (PMP-BS), nos termos aprovados no Processo IBAMA nº 02001.114275/2017-00.

2.9 Implementar o Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna na Bacia de Santos (PMAVE-BS), nos termos aprovados no Processo IBAMA nº 02001.120718/2017-93.

2.10 Implementar o Projeto de Prevenção e Controle de Espécies Exóticas da Petrobras (PPCEX-PETROBRAS), nos termos aprovados no Processo IBAMA nº 02001.023332/2018-15.

2.11 Apresentar, previamente ao requerimento da primeira Licença de Operação (LO), a proposta executiva do Projeto de Avaliação da Saúde e Ecologia Espacial dos Cetáceos, com foco no Complexo Estuarino Sepetiba-Ilha Grande e Litoral Norte de São Paulo, atendendo às solicitações do Parecer Técnico nº 24533132/2025 - Coprod/CGMac/Dilic, e implementar o projeto conforme as orientações e exigências técnicas do Processo IBAMA nº 02001.016155/2020-35.

2.12 Apresentar, previamente ao requerimento da primeira Licença de Operação (LO), a proposta executiva do Projeto de Monitoramento de Albatrozes e Petréis (PMAPet), atendendo às solicitações do Parecer Técnico nº 24533132/2025 - Coprod/CGMac/Dilic, e implementar o projeto conforme as orientações e exigências técnicas do Processo IBAMA nº 02001.029728/2025-03 (PMAPet – Projeto Regional Santos e Pelotas).

2.13 Apresentar, previamente ao requerimento da primeira Licença de Operação (LO), a proposta executiva do Projeto de Avaliação Integrada da Capacidade de Suporte da Baía de Guanabara, atendendo às solicitações do Parecer Técnico nº 24533132/2025 - Coprod/CGMac/Dilic, e implementar o projeto conforme as orientações e exigências técnicas do Processo IBAMA nº 02001.016155/2020-35.

2.14 Implementar o Programa Macrorregional de Caracterização da Atividade Pesqueira (PMCAP) e os instrumentos técnicos de integração metodológica do Plano Macrorregional de Gestão de Impactos Sinérgicos das Atividades Marítimas de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural (Plano Macro), nos termos aprovados no Processo IBAMA nº 02001.007588/2022-61.

2.15 Implementar o Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE), em conformidade com o Programa Macrorregional de Caracterização do Tráfego de Embarcações (PMCTE), nos termos aprovados no Processo IBAMA nº 02001.130838/2017-07.

2.16 Implementar o Projeto de Monitoramento do Tráfego de Aeronaves (PMTA), em conformidade com o Programa Macrorregional de Caracterização do Tráfego de Aeronaves (PMCTA), nos termos aprovados no Processo IBAMA nº 02001.023027/2021-29.

2.17 Implementar o Projeto de Monitoramento do Transporte e da Destinação de Insumos e Resíduos (PMIR), em conformidade com o Programa Macrorregional de Caracterização do Transporte e da Destinação de Insumos e Resíduos (PM CIR), nos termos aprovados no Processo IBAMA nº 02001.028857/2019-28.

2.18 Implementar o Projeto de Monitoramento Socioespacial dos Trabalhadores (PMST), em conformidade com o Programa Macrorregional de Caracterização Socioespacial dos Trabalhadores (PM CST), nos termos aprovados no Processo IBAMA nº 02001.023026/2021-84.

2.19 Apresentar, até dezembro de 2025, plano estratégico para a coleta ativa de dados pelo PMST, especificando o número total de trabalhadores que constituem público do PMST e os procedimentos que serão adotados para garantir o monitoramento de, no mínimo, 90% dos trabalhadores atuando em empreendimentos offshore operados pela Petrobras na região do Plano Macro e de 90% dos trabalhadores atuando em cada unidade onshore associada a tais empreendimentos.

2.20 Implementar o Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT), conforme diretrizes da Nota Técnica nº 5/2020/Coprod/Cgmac/Dilic e em conformidade com o Programa Macrorregional de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PMEAT), nos termos aprovados no Processo IBAMA nº 02001.006680/2024-76.

2.21 Implementar o Programa Macrorregional de Comunicação Social (PMCS) e os instrumentos técnicos de integração metodológica do Plano Macrorregional de Gestão de Impactos Sinérgicos das Atividades Marítimas de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural (Plano Macro), nos termos aprovados no Processo IBAMA nº 02001.007596/2022-16.

2.22 Implementar o Programa Macrorregional de Avaliação de Impactos Socioambientais (PMAIS) e os instrumentos técnicos de integração metodológica do Plano Macrorregional de Gestão de Impactos Sinérgicos das Atividades Marítimas de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural (Plano Macro), nos termos aprovados no Processo IBAMA nº 02001.032727/2019-90.

2.23 Implementar o Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde (Projeto Redes), garantindo plena conformidade com as orientações determinadas em pareceres técnicos emitidos no âmbito do Processo IBAMA nº 02022.002921/2009-21.

2.24 Implementar os Projetos Territorializados de Aprendizagem (PTAs), garantindo plena conformidade com as orientações determinadas em pareceres técnicos emitidos no âmbito do Processo IBAMA nº 02022.002921/2009-21.

2.25 Implementar o Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara (PEA-BG), garantindo plena conformidade com as orientações determinadas em pareceres técnicos emitidos no âmbito do Processo IBAMA nº 02022.001467/2010-24.

2.26 Implementar o Projeto de Inclusão Produtiva da Pesca Artesanal da Baía de Guanabara (Viveiro de Projetos), garantindo plena conformidade com as orientações determinadas em pareceres técnicos emitidos no âmbito do Processo IBAMA nº 02022.001467/2010-24.

2.27 Implementar as ações de educação ambiental e de apoio ao ordenamento costeiro e ao planejamento de políticas públicas, associadas aos programas macrorregionais do Eixo 4 do Plano Macrorregional de Gestão de Impactos Sinérgicos das Atividades Marítimas de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural (Plano Macro), nos termos aprovados no Processo IBAMA nº 02001.032727/2019-90.

2.28 Implementar o Projeto de Caracterização de Territórios Tradicionais (PCTT), garantindo plena conformidade com as orientações determinadas em pareceres técnicos emitidos no âmbito do Processo IBAMA nº 02001.126220/2017-34.

2.29 Atender às condições estabelecidas pela Fundação Florestal do Estado de São Paulo na Autorização para Licenciamento de Empreendimento dentro de Unidade de Conservação ou em sua Zona de Amortecimento nº 05/2025 (SEI nº 23937366), relativas à interferência do empreendimento com Unidades de Conservação estaduais. Documentos comprobatórios das tratativas junto à Fundação Florestal e de seu cumprimento deverão ser encaminhados anualmente ao IBAMA.

2.30 Atender às condições estabelecidas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) na Autorização para o Licenciamento Ambiental (ALA) nº 12/2025-GABIN (SEI nº 23733979), referentes à interferência do empreendimento com Unidades de Conservação federais. Documentos comprobatórios das tratativas junto ao ICMBio e de seu cumprimento deverão ser encaminhados anualmente ao IBAMA.

2.31 Efetivar o pagamento da Compensação Ambiental previsto no Art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, após a definição final pelo IBAMA do valor da compensação e da respectiva destinação de seus recursos. O Grau de Impacto do empreendimento fica estabelecido em 0,5%.

2.32 Apresentar resposta ao Parecer Técnico nº 24533132/2025 - Coprod/CGMac/Dilic, referente à análise do requerimento de Licença Prévia sem solicitação de complementações, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do seu recebimento. A resposta deverá conter as informações e/ou complementações solicitadas, bem como o compromisso de adotar todas as providências necessárias para o pleno atendimento das demandas e pendências indicadas no referido parecer.